



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

56
/

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0049252-19.2003.8.17.0001 (0312081-2)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : GUSTAVO JOSÉ REIS CARVALHO
AGRAVADO : SEBASTIAO LIBERATO DOS SANTOS
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MORA IMPUTÁVEL À FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

I - Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

II - Se, entre a data da distribuição eletrônica e do efetivo envio do processo físico à Vara competente, for observado o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 174 do CTN, sem que haja, durante este interregno de tempo, qualquer notícia de citação válida do executado ou de alguma providência que a Fazenda exequente tenha tomado para tal intento, deve-se reconhecer a prescrição do crédito tributário reclamado.

III - Nas execuções fiscais, ocorrida a prescrição antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

IV - Sendo a mora na citação do executado imputável à Fazenda exequente, não há falar em incidência da Súmula 106 do STJ.

V - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira
1ª Câmara de Direito Público

54
106.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0049252-19.2003.8.17.0001 (0312081-2)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE

PROCURADOR : GUSTAVO JOSÉ REIS CARVALHO

AGRAVADO : SEBASTIAO LIBERATO DOS SANTOS

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Município do Recife em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 0312081-2.

O Magistrado de piso, nos autos da Execução Fiscal nº 0049252-19.2003.8.17.0001, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo a IPTU e Taxas Imobiliárias (cf. fls. 08/09).

Irresignado, o Município do Recife apresentou Apelo voluntário, que teve seu seguimento negado por decisão monocrática, proferida com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil (cf. fls. 34/36).

Em consequência, a Municipalidade ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que esta relatoria se retrate da decisão monocrática proferida ou, na ausência de retratação, que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta col. Corte de Justiça.

Em síntese, sustenta o Município Agravante: i) a interrupção do fluxo do prazo prescricional com o aforamento e distribuição da execução fiscal; ii) que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional de tributo sujeito a lançamento *ex officio* é o do vencimento da parcela não paga; e iii) inexistência de desídia do Município na espécie, sendo aplicável a Súmula 106 do STJ.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

58
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0049252-19.2003.8.17.0001 (0312081-2)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RECIFE
PROCURADOR : GUSTAVO JOSÉ REIS CARVALHO
AGRAVADO : SEBASTIAO LIBERATO DOS SANTOS
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Vistos e examinados etc.

De proêmio, cumpre fazer a transcrição da decisão agravada:

1. Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Comarca do Recife, que, nos autos da Execução Fiscal nº 0049252-19.2003.8.17.0001, decretou de ofício a prescrição de créditos tributários relativos a IPTU e Taxas Imobiliárias.

2. Em retrospecto, observo que, em que pese a distribuição virtual do feito ter ocorrido no ano de 2003, os autos só foram recebidos fisicamente em julho de 2008 (cf. certidão de fl. 07).

Ato contínuo, no dia 04.09.2009, o magistrado *a quo* extinguiu o feito nos seguintes termos:

Diante de todo exposto, considerando que o crédito tributário que deu ensejo à presente execução fiscal encontra-se fulminado pelo instituto da prescrição, com espeque nos arts. 156, inciso V, e 174, parágrafo único, inciso I, do Código Tributário Nacional, em sua redação original, c/c o art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, declaro a prescrição dos créditos ora executados e com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC, julgo extinto o feito com resolução de mérito, determinando o cancelamento da CDA que instituiu a peça vestibular.

*Sem custas, ex vi art. 39 da Lei 6.830/80.
Sem honorários.*

3. Irresignada, a Edilidade Interpôs recurso de apelação (fls. 14/26), arguindo, em suma, que: i) caberia ao Poder Judiciário cumprimento do impulso processual para proceder com a citação; ii) não houve prescrição, vez que a propositura da execução fiscal se deu tempestivamente.

4. Sem contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

59
J. P.

Decido.

5. Registre-se, de início, que o crédito tributário, *in casu*, foi constituído, através de lançamento de ofício, nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, e a ação iniciada virtualmente no ano de 2003.

6. Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exequente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

8. Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de distribuído em 2003, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em julho de 2008 (cf. certidão de fl. 07).

Verifica-se, assim, que a Fazenda exequente não providenciou a citação válida do executado, quando da posse dos autos na forma virtual, de modo a evitar a ocorrência da prescrição, sendo evidente sua desídia em ver seu crédito tributário satisfeito.

9. Neste caso, em que a prescrição em verdade ocorreu antes da devida materialização do feito, incide a regra encartada no art. 219, § 5º, do CPC, sem a necessidade de oitiva prévia da Fazenda Pública exequente de que trata o art. 40, da Lei 6.830/80.

Neste sentido, tenho por aplicável, por identidade de fundamento, o seguinte precedente do STJ:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. VIABILIDADE.

1. Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício, com base no art. 219, § 5º do CPC (redação da Lei 11.051/04), independentemente da prévia ouvida da Fazenda Pública. O regime do § 4º do art. 40 da Lei 6.830/80, que exige essa providência prévia, somente se aplica às hipóteses de prescrição intercorrente nele indicadas. Precedentes de ambas as Turmas da 1ª Seção.

2. Recurso especial desprovido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

(STJ, REsp 1.100.156/RJ, rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 18.06.2009).

J. P.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

60

Ademais, esta col. Corte de Justiça Estadual também tem encartado o mesmo posicionamento, consoante o julgamento da Apelação Cível n. 0269323-6, de relatoria do e. Des. Francisco Bandeira de Mello.

10. Deveras, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor.

Todavia, a diretriz jurisprudencial encartada na Súmula 106 do STJ na prática levava a que se considerasse o ato em si da distribuição da ação como marco interruptivo do prazo prescricional, desde que a demora na citação não fosse imputável ao credor.

Neste caso, como visto, a demora para com a citação é imputável ao credor exequente. Logo, impende concluir que o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exequente, até a materialização dos autos, em 2008, quando já se havia ultimado a prescrição do crédito tributário objeto desta execução.

10. Posto isso, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso de Apelação, mantendo a sentença vergastada, extintiva da execução em tela, pelo reconhecimento da prescrição na espécie.

Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao juízo de origem com as cautelas de estilo.

Recife, 12 de agosto de 2013.
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Ora, como se pode observar, não assiste razão à parte agravante, haja vista que os fundamentos por ela esposados não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Em que pese a discussão sobre o termo a quo para o prazo prescricional do IPTU não tenha sido levantada em sede de apelação, cuido que o recorrente não demonstrou qualquer prova da não ocorrência da prescrição.

Conforme orientação sumulada pelo col. Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de exação referente a IPTU, a notificação do lançamento, que constitui definitivamente o crédito tributário, se dá com o recebimento do carnê de pagamento, o qual conterá os dados relativos ao imóvel sobre o qual incide o tributo, além das datas de pagamento das parcelas, ou cota única, que não terão vencimento inferior ao prazo para o proprietário do imóvel impugnar a notificação. Senão vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

61
Top

Enunciado nº 397 da Súmula do STJ:

"O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço."

Em consequência deste entendimento, ainda de acordo com a col. Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ, tem-se, em regra, como termo inicial da prescrição relativa ao IPTU a data de vencimento prevista no carnê de pagamento.

Nesse sentido, observem-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. PRECEDENTES.

1. O termo inicial da prescrição referente ao IPTU é a data de vencimento prevista no carnê de pagamento. Precedentes.

2. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo não provido.

(STJ, EDcl no AREsp 44530/RS, rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 28.03.2012).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". NÃO-DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. A constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ. Contudo, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública.

(...)

3. Agravo Regimental não provido.

(STJ, AgRg no Ag 1310091/SP, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 24.09.2010).

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 302 DO CPC - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 131, 458 E 535 DO CPC - ANÁLISE DOS REQUISITOS DA CDA - SÚMULA 7/STJ - PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - DESNECESSIDADE DA SUA JUNTADA AOS AUTOS DA EXECUÇÃO - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - ENVIO DO CARNÊ DE PAGAMENTO - SÚMULA 397/STJ.

(...)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perreira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

62
Top.

5. A constituição definitiva do crédito tributário, no caso do IPTU, se perfaz pelo simples envio do carnê ao endereço do contribuinte, nos termos da Súmula 397/STJ. Entretanto, o termo inicial da prescrição para a sua cobrança é a data do vencimento previsto no carnê de pagamento, pois é esse o momento em que surge a pretensão executória para a Fazenda Pública.

6. Necessidade do retorno dos autos à origem para a análise da incidência da prescrição à luz do entendimento jurisprudencial do STJ.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido.

(STJ, REsp 1180299/MG, rel. MIn. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 08.04.2010).

Ocorre que, *in casu*, não comprovando o Município do Recife a data de vencimento do carnê para pagamento, deve-se tomar como termo a quo do prazo prescricional quinquenal, a data da constituição definitiva do crédito tributário, que ocorre no 1º dia útil do ano referente ao lançamento do imposto, de acordo com os artigos 16 e 31 do Código Tributário do Município do Recife.

Acerca do tema, colaciono os seguintes julgados do col. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - IPTU - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

1. A jurisprudência desta Corte tem consolidado o entendimento de que o termo inicial do prazo prescricional, em se tratando de IPTU, tributo sujeito a lançamento direto com vencimento previsto em lei, ocorre em primeiro de janeiro de cada ano.

2. Nos termos do art. 174 do CTN, na redação anterior a Lei Complementar 118/05, o mero despacho do juiz não interrompe a prescrição, sendo indispensável a citação regular (REsp 85.144/RJ).

3. Decorridos mais de 05 (cinco) anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a citação do devedor, tem-se por inafastável a ocorrência da prescrição. Precedentes.

4. Recurso especial não provido.

(STJ, REsp 1.046.016/MS, rel. MIn. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 07.11.2008).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL RECONHECIDO. CITAÇÃO REALIZADA APÓS O INTERREGNO DE 5 ANOS. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA EM 06/12/2002. INAPLICABILIDADE DO ART. 174 DO CTN COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LC N. 118/2005. RECURSO ESPECIAL NÃO-PROVIDO.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cabinete do Desembargador Jorge Américo Perreira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

63

1. *Tratam os autos de execução fiscal movida em 06.12.2002 pelo Município de Novo Hamburgo, pelos débitos de IPTU referentes aos exercícios de 1991 a 1998. O juízo sentenciante julgou os créditos prescritos, em virtude do acolhimento da exceção de pré-executividade. Inconformado, o ente público apelou. O Tribunal a quo, negou-lhe provimento. Irresignado, o Município manejou recurso especial fulcrado na alínea "c" do permissivo constitucional, alegando divergência jurisprudencial acerca da aplicação da LC n. 118/2005 bem como da data da constituição do débito fiscal referente ao ano de 1998. Contra-razões pelo não-seguimento do recurso e, no mérito, pelo não-provimento do recurso especial.*

2. *Não merece reforma o acórdão recorrido, porquanto não se aplica à espécie a alteração que a LC 118/05 aplicou ao art. 174 do CTN. Assim, somente a efetiva citação do executado teria o condão de suspender a curso da prescrição (e não o mero despacho que a determinou), fato que se verificou em interregno superior a cinco anos da constituição do crédito.*

3. *A exigibilidade do débito tem início na data da constituição definitiva do crédito, que, tratando-se de imposto sujeito a lançamento direto, como é o caso do IPTU, com vencimento previsto em lei, realiza-se em 1º de janeiro de cada ano, fluindo, a partir de então, o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 174 do CTN, para a propositura da execução fiscal.*

4. *No caso, a constituição definitiva do crédito em questão deu-se em 01.01.1998, data do vencimento da 1ª cota ou cota única do IPTU. Desse modo, o recorrente deveria ter procedido à cobrança do crédito até 1º de janeiro de 2003, no entanto, conforme consta no acórdão a quo e no próprio recurso especial, o despacho que ordenou a citação do executado ocorreu em 10.02.2003 (fl. 14), porém a efetiva citação somente veio a ocorrer em 26.06.2003 (fl. 20), quando já se encontrava prescrito o direito de a Fazenda proceder à referida cobrança. Confira-se teor do acórdão recorrido (fl. 71): O Município ajuizou a demanda em 06.12.2002, executando crédito relativo a IPTU incidente sobre o imóvel de propriedade da excipiente, referente aos exercícios financeiros de 1991 até 1998. A exigibilidade do débito em questão tem início na data da constituição definitiva do crédito, que, tratando-se de imposto sujeito a lançamento direto, como é o caso do IPTU, com vencimento previsto em lei, realiza-se em 1º de janeiro de cada ano, fluindo, a partir de então, o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 174, para a propositura da execução fiscal. Logo, também está prescrito o exercício de 1998, porquanto até 1º de janeiro de 2003 não havia sido citado o executado.*

5. *Portanto, como reconhecido no acórdão recorrido, realmente está prescrito o crédito fiscal referente ao exercício de 1998, tendo em vista que a citação do executado só ocorreu em 26.06.2003.*

6. *Recurso especial não-provido.*



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

64
top.

(STJ, REsp 1.006.192/RS, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJe 23.06.2008).

Desta feita, diante das considerações supra e da fundamentação da decisão monocrática agravada, infere-se que a demora para com a citação é imputável ao credor exequente, razão pela qual o prazo prescricional continuou a fluir, à conta do exequente, até a materialização dos autos, em 2008, quando já se havia ultimado a prescrição do crédito tributário objeto da presente execução fiscal.

Nestes escorreitos termos, entendo que a decisão proferida por esta relatoria deve, a toda evidência, ser mantida, uma vez que atendidos todos os requisitos imposto pelo art. 557 do Código de Ritos.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada